



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 180964-5/02 - Comarca do Recife
Embargante: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.

Embargado: Valdecir Araújo da Natividade e outro.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. REITERAÇÃO. DISPOSIÇÕES NORMATIVAS JÁ APRECIADAS E CONSIDERADAS NÃO VIOLADAS NA DECISÃO EMBARGADA. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A via estreita dos embargos de declaração não se presta a rediscutir matéria já decidida na decisão embargada. 2. A própria autarquia embargante afirmou haver interposto o recurso com o fito de prequestionar as normas que apontou como violadas, normas estas que já foram objeto de prequestionamento no recurso anterior, reputadas não violadas no acórdão embargado. 3. Reiterou-se o posicionamento de não haver violação ao disposto nos arts. 135 e 182, § 1º do CTB, e nos Decretos Municipais nº 17.647/97 e nº 53/97 novamente prequestionados. 4. Recurso desprovido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos dos embargos de declaração nº 180964-5/02, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade de votos, em negar provimento aos embargos, nos termos dos votos, da ementa e da resenha, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 17 de agosto de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator

218 15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 180964-5/02 - Comarca do Recife
Embargante: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.
Embargado: Valdeci Araújo da Natividade e outro.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão unânime assim errentado:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO IRREGULAR DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. PROCEDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO IRREGULAR. NULIDADE. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A decisão fustigada não tratou da regularidade do serviço de transporte intermunicipal de passageiros pelos agravados, tampouco da efetiva prática das infrações de trânsito que lhes foram imputadas e que restaram suficientemente comprovadas. 2. Cuidou sim, que o procedimento regular de notificação de infrações de trânsito, na esteira do entendimento pacificado no STJ, demanda o envio de duas notificações ao infrator, a primeira relativa à autuação da infração e para efeito de defesa prévia, que pode ser suprida se o infrator é autuado em flagrante, e a segunda relativa à penalidade aplicada. 3. Inexistência de violação ao disposto nos Decretos Municipais nº 17.647/97 e nº 53/97, e nos arts. 135 e 282, § 1º do CTB. 4. Recurso improvido à unanimidade (RA 180964-5/01, 8CC, Rel Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 28/05/2009).

O embargante aduz, preambularmente, que os presentes embargos foram interpostos "com o fito de provocar o prequestionamento explícito das questões federais ventiladas na causa"; que o acórdão fustigado não observou a norma insita nos arts. 135 e 282, § 1º do CTB; que os embargados desenvolvem ilicitamente a atividade de transporte intermunicipal de passageiros, violando os Decretos Municipais nº 17.647/97 e nº 53/97, e que em nenhum momento os embargados negam a prática das infrações de trânsito que lhes foram imputadas.

Alega, ainda, que não há "porque falar em falta de notificação" uma vez que esta depende da manutenção do endereço atualizado, nos cadastros do órgão fiscalizador, o que constitui incumbência legal dos agravados, prequestiona os citados arts. 135 e 282, § 1º do CTB e os Decretos Municipais nº 17.647/97 e nº 53/97 ditos vulnerados, e pugna pelo acolhimento dos embargos.

É o relatório.

Recife, 17 de *Set* de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

249 16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 180964-5/02 - Comarca do Recife

Embargante: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.

Embargado: Valdeci Araújo da Natividade e outro.

VOTO

Do simples cotejo da ementa acima transcrita, bem como do voto condutor (fls. 18/19 do recurso de agravo apensado) que integra o acórdão fustigado se vê que a presente pretensão recursal visa tão somente rediscutir matéria decidida, o que não se coaduna com a via estreita dos embargos de declaração, senão vejamos.

Nas razões recursais de fls. 02/07 a autarquia de trânsito embargante alega haver interposto estes embargos com o fito de provocar o prequestionamento explícito das questões federais ventiladas na causa, apontando como malferidos os arts. 135 e 282, § 1º da Lei nº 9.503/97 (CTB), bem como os Decretos Municipais nº 17.647/97 e nº 53/97, não apontando qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão guerreado, a lastrear o manejo do recurso.

Com efeito, considerando que na ementa acima transcrita e no referido voto condutor já foi assentado não haver violação aos dispositivos legais e decretos municipais acima referidos, se afigura de todo inviável o manejo dos embargos no qual apenas se reitera argumentos que já foram objeto de apreciação e se prequestiona normas consideradas não violadas na decisão embargada.

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ conforme o seguinte aresto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. CABIMENTO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA DOS ALUDIDOS DEFEITOS. 1. Os embargos declaratórios constituem recurso de estritos limites processuais cujo cabimento requer estejam presentes os pressupostos legais insertos no art. 535 do CPC. Desse modo, a oposição de embargos de declaração é cabível tão-somente nas hipóteses de omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, sendo inviável a utilização do recurso com finalidade meramente infringente, contendo apenas reiteração de argumentos já anteriormente apreciados. 2. Por outro lado, considerando a sistemática prevista no art. 557 do CPC, da qual se infere que a função precípua do agravo regimental é possibilitar que o "órgão competente para o julgamento do recurso" referende a decisão monocrática do relator, conclui-se que a adoção, em sede de agravo regimental, dos mesmos fundamentos que motivaram a decisão agravada, por si só, não implica ausência de fundamentação. 3. O exame de suposta contrariedade a princípios positivados na Constituição Federal, mesmo que para fins de prequestionamento, é alheio ao plano de competência desta Corte, porquanto trata-se de matéria afeta à

250
17
competência do Supremo Tribunal Federal. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 793449/RS, T1, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 31/05/2007).

Com estas considerações, e não vislumbrando qualquer violação ao disposto nos arts. 135 e 282, § 1º do CTB, e nos Decretos Municipais nº 17.647/97 e nº 53/97 explicitamente prequestionados, nego provimento aos embargos.

É como voto.

Recife, 17 de Dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator